Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. Relatório da administração Dezembro de 2012

Relatório da administração 2012

Aos Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral as Demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referente ao período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012.

Mensagem da Administração:

O Governo Federal do Brasil, visando acelerar os investimentos necessários para adequar a infraestrutura aeroportuária ao crescimento da demanda de passageiros, que deverá atingir altos índices principalmente nos grandes eventos esportivos que o país sediará , Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016, decidiu conceder à iniciativa privada em 2011 três aeroportos: Viracopos, Brasília e Guarulhos. Os consórcios vencedores tem participação acionária de 51% e a Infraero, estatal que administrava estes aeroportos, 49%.

A proposta vencedora pela concessão do Aeroporto de Brasília foi a apresentada pelo Consórcio Inframerica que é fruto da união da Infravix Empreendimentos S/A, empresa controlada pelo grupo Engevix, com a Corporación América S/A, empresa argentina com experiência internacional em concessões aeroportuárias. Cada empresa detém 50% de participação no consórcio.

Como deveres estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto. Até a Copa do Mundo de 2014, serão investidos aproximadamente R\$ 897 milhões de reais em obras para a ampliação e modernização da estrutura do aeroporto. Até o evento, o Consórcio irá trabalhar na reforma dos terminais (TPS1) e (TPS2) e na construção de um novo terminal, com 15 novas posições de embarque, divididas em dois píeres, aumentando de 13 para 28 o número de pontes de acesso aos aviões. A obra de duplicação do número de vagas dos estacionamentos existentes será entregue em junho de 2013. Também estão previstas reforma e construção de novos banheiros, nova sinalização (já finalizada), investimento em novos equipamentos de segurança, construção da Sala VIP, redesenho de layout da área de assentos, limpeza e pintura da estrutura metálica do saguão principal. A capacidade do Aeroporto de Brasília deve passar dos atuais 16 milhões de passageiros/ano para 40 milhões/ano na última fase em 2037. Até a Copa do Mundo o Aeroporto deve ganhar mais 50 novas lojas, entre opções de varejo e alimentação. O conceito comercial do aeroporto é formado por quatro pilares conceituais: retailment, tecnologia 3.0, serviços e futebol. O retailment inclui o varejo, lojas virtuais, compras e serviços, e o conector experience. O pilar de tecnologia inclui atualmente o wifi gratuito, os aplicativos para celular e os sites. Em breve, o aeroporto terá sistemas de check in de auto-atendimento compartilhado, Baggage Drop Off e balcões virtuais de atendimento ao usuário. No que se refere ao pilar de serviços, estão incluídos o Customer Service, o chat 24 horas, sala vip, valet parking 24 horas, carregadores de gadgets e um centro bancário. O Customer Service e o chat 24 horas já estão funcionando. Os demais servicos entrarão em funcionamento gradativamente até a Copa do Mundo. E, por último, o clima de futebol estará presente num mini estádio que será um espaço de convivência com bar e lanchonete.

Em 12 de dezembro de 2012 a área comercial da Inframerica promoveu evento de divulgação da marca e apresentação do projeto do Aeroporto para a imprensa e outros convidados.

Fatos relevantes:

Em 24 de maio de 2012, a Inframerica Participações S/A e a Infraero celebraram um acordo de acionistas, definindo a estrutura de administração e de governança corporativa, assim como a relação societária entre os acionistas da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A. Com a assinatura do Contrato de Concessão, em 14 de junho de 2012, e a posterior emissão da Ordem de Serviço (OS), ocorrida em 23 de julho de 2012, teve início a eficácia do Contrato de Concessão com um prazo total de 25 anos, prorrogável por mais 5 anos se necessário para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Após 90 (noventa) dias da data de eficácia, a Inframerica apresentou o Plano de Gestão da Infraestrutura - PGI, que é parte integrante do Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, no qual assegura à ANAC e às demais partes interessadas a existência de um planejamento adequado e se compromete a programar as acões correspondentes e demais regras contratuais estabelecidas no Contrato de Concessão. A Concessionária assumiu a administração e operação do aeroporto em 1º de dezembro de 2012, dando início à Fase 1-A, estágio 3, passando, a partir desta data, a ser responsável pelas receitas e despesas do Aeroporto Internacional de Brasília. Conforme previsto no Contrato de Concessão, nesta fase de transição a Inframerica deveria ter suas atividades assistidas pela Infraero até às 00:00 hora do dia 1º de marco de 2013. Até o dia 31/12/2012 a Inframerica contou com 205 funcionários da Infraero. Esta fase, prevista no Contrato de Concessão para durar três meses podendo ser renovada por mais três meses a critério da Concessionária, transcorreu sem maiores problemas, mesmo sendo um período que compreende datas de grande movimentação de passageiros como as festas de Natal, Ano Novo e Carnaval. Ao final deste período a administração julgou que não era necessário estender o prazo de transição.

Ainda na fase de transição com a Infraero a Inframérica começou a implantar o seu sistema de gestão administrativa e financeira, o ERP SAP utilizando a expertise do sócio Corporación América, que o utiliza na gestão de seus aeroportos. A homologação definitiva da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil aconteceu em fevereiro de 2013 e a autorização para faturar 100% pelo novo sistema (SAP) ocorreu em 1º de março de 2013.

Os contratos de prestação de serviços de terceiros voltados para a operação do aeroporto, tais como limpeza, manutenção, segurança dentre outros foram mantidos com os fornecedores atuais após renegociações de escopo e valor ou transferidos para novos fornecedores, com acordo de nível de serviços, garantindo assim a continuidade dos serviços e disponibilidade da infraestrutura aeroportuária. Para os contratos firmados entre Infraero e as empresas que exploram atividades comerciais no sítio aeroportuário usando espaços comercializados em regime de cessão de espaço foram sub-rogados pela Inframerica com exceção daqueles em que havia disputa judicial com a concessionária anterior. O contrato com consórcio construtor, estabelecido com a empresa Helvix, para as obras da fase 1-B, previstas para finalizar em 2014, no valor de R\$ 863 milhões, foi assinado em 19 de dezembro de 2012 e aprovado em reunião do Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2012.

O empréstimo-ponte para as obras da Fase 1-B, no valor de R\$ 488 milhões, foi aprovado em dezembro de 2012 pelo BNDES e aprovado em reunião do Conselho de Administração.

Para fazer frente às necessidades de capital da companhia os sócios realizaram aporte em duas oportunidades. Em maio de 2012, os sócios aportaram o valor de R\$ 24.325.101 e em dezembro de 2012 o aporte foi de R\$ 78.468.880, perfazendo um total de capital integralizado até o momento de R\$ 102.793.081.

No dia 8 de março de 2013 foi assinado e aprovado o acordo coletivo entre Empresa e o Sindicato dos trabalhadores.

No dia 1º março de 2013, a Concessionária assumiu a total operação do Aeroporto de Brasília encerrando assim a Fase 1-A estágio 3. O presente relatório apresenta as demonstrações financeiras do período de 2012 com a intenção de dar transparência aos nossos acionistas, funcionários e a todos os demais públicos. Entendemos ter cumprido as metas e objetivos da fase de transição que foram atingidos de acordo com o planejamento apresentado ao Conselho de Administração. Nossos agradecimentos a todos os colaboradores, acionistas e parceiros no negócio.

Brasília, 23 de abril de 2013 A ADMINISTRAÇÃO

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. Relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período de 18 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2012, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período de 18 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2012, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. e da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados referentes ao período de 18 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao período de 18 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pelo Contrato de Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Brasília. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 23 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" DF

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais

Ativo	Controladora	Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Controladora	Consolidado
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	59.697	59.771	Fornecedores (Nota 10)	10.210	10.210
Contas a receber (Nota 6)	15.022	22.277	Salários e encargos sociais	1.152	1.152
Partes relacionadas (Nota 7)	48.922	27.807	Tributos e contribuições a recolher	2.175	2.902
Tributos a recuperar	170	170	Partes relacionadas (Nota 7)	24.797	24.797
Despesas antecipadas	1.211	1.211	Compromissos com o poder concedente (Nota 11)	196.320	196.467
Outros ativos	24	24	Outros passivos (Nota 12)	7.620	3.771
				·	
NI**	125.046	111.260		242.274	239.299
Não circulante			Nião eirendente		
Realizável a longo prazo	45.050	00.704	Não circulante	0.400.405	0.400.405
Tributos diferidos (Nota 18)	15.950	26.761	Compromissos com o poder concedente (Nota 11)	2.403.195	2.403.195
Imobilizado (Nota 8)	1.143	1.143	Patrimônio líquido (Nota 13)		
Intangível (Nota 9)	2.573.326	2.573.326	Capital social	243.251	243.251
			Capital social a integralizar	(140.457)	(140.457)
	2.590.419	2.601.230	Prejuízos acumulados	(32.798)	(32.798)
				69.996	69.996
				09.990	09.990
Total do ativo	2.715.465	2.712.490	Total do passivo e do patrimônio líquido	2.715.465	2.712.490

Demonstração do resultado Período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Operações continuadas Receita líquida (Nota 14) Custo dos serviços (Nota 15)	69.241 (68.062)	75.851 (72.687)
Lucro bruto	1.179	3.164
Receitas (despesas) operacionais Administrativas (Nota 16) Comerciais Participações nos prejuízos de controladas (Nota 12) Outras despesas operacionais (Nota 7)	(5.255) (1.001) (3.849) (20.512)	(8.054) (3.046) (20.512)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(29.438)	(28.448)
Receitas financeiras (Nota 17) Despesas financeiras (Nota 17)	858 (20.168)	858 (31.969)
Resultado financeiro, líquido	(19.310)	(31.111)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(48.748)	(59.559)
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 18)	15.950	26.761
Prejuízo do período	(32.798)	(32.798)
Quantidade de ações em circulação no final do exercício – Em milhares	102.794	102.794
Prejuízo por lote de mil ações – Em reais	(0,32)	(0,32)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Integralização de capital – AGE 24 de maio de 2012 (Nota 13) Integralização de capital – AGE 20 de novembro de 2012 (Nota 13) Integralização de capital – AGE 14 de dezembro de 2012 (Nota 13) Prejuízo do período	24.325 19.986 58.483	(32.798)	24.325 19.986 58.483 (32.798)
Em 31 de dezembro de 2012	102.794	(32.798)	69.996

Demonstração dos fluxos de caixa Período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais

		Consolidado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(48.748)	(59.559)
Ajustes	(1011-10)	(00.000)
Depreciação e amortização	3.534	3.534
Margem de construção	(1.148)	(1.148)
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	3.849	
Outorga variável	248	395
Despesas financeiras	20.168	31.969
	(22.097)	(24.809)
Variações nos ativos e passivos	(15.000)	(00.0==)
Contas a receber	(15.022)	(22.277)
Partes relacionadas	(12.324)	(3.010)
Outros ativos	(1.405)	(1.405)
Fornecedores	10.210	10.210
Salários e encargos sociais	1.152	1.152
Obrigações fiscais	2.175	2.902
Outros passivos	3.771	3.771
Caixa gerado nas operações	(33.540)	(33.466)
Juros pagos	(105)	(105)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(33.645)	(33.571)
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.157)	(1.157)
Aquisição de ativos intangíveis	(8.295)	(8.295)
Aquisição de ativos intarigiveis	(0.293)	(0.293)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(9.452)	(9.452)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	102.794	102.794
mogranzação de capital	102.754	102.754
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	102.794	102.794
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	59.697	59.771
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	59.697	59.771

Demonstração do valor adicionado Período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
Receitas		
Vendas brutas de serviços e receita de construção (Nota 14)	71.015	78.357
	71.015	78.357
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(3.072)	(7.697)
Despesas administrativas	(1.161)	(4.396)
Despesas comerciais	(890)	(2.935)
Custos de construção	(57.409)	(57.409)
Despesas de pessoal – Infraero	(3.233)	(3.233)
Provisão para despesas implantação	(20.512)	(20.512)
	(86.277)	(96.182)
Valor adicionado bruto	(15.262)	(17.825)
Depreciação e amortização	(3.534)	(3.534)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(18.796)	(21.359)
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	(3.849)	
Receitas financeiras	(3.049)	858
Necellas illiancellas		
Valor adicionado total a distribuir	(21.787)	(20.501)
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	4.770	4.770
Salários	4.380	4.380
FGTS	170	170
Remuneração Diretoria	220	220
Impostos e taxas	(13.927)	(24.442)
Federais	(14.797)	(25.511)
Municipais	622	674
Contribuição variável – ANAC	248	395
Despesa com juros	20.168	31.969
Prejuízo do período	(32.798)	(32.798)
Valor adicionado distribuído	(21.787)	(20.501)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") foi constituída em 18 de maio de 2012, tendo como objeto exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Brasília, conforme contrato de concessão estabelecido com a ANAC - Agência Nacional da Aviação Civil assinado em 14 de junho de 2012.

Com base no Decreto 7.531/2011, por meio da ANAC- Agência Nacional da Aviação Civil, o Governo Federal decidiu conceder à iniciativa privada a gestão dos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília. A Inframerica apresentou a melhor proposta para a concessão do Aeroporto de Brasília de acordo com o Edital de Leilão 2/2011.

A concessão se dará no prazo de 25 anos com início em 24 de julho de 2012. Este prazo pode ser estendido por mais de 5 anos, se necessário, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O contrato é dividido em quatro fases:

Fase 1-A: Transferência do aeroporto.

Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço.

Fase 1-C: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura para recomposição total no nível de serviço estabelecido ao PEA (Plano de Exploração Aeroportuária).

Fase 2: Cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA.

A Fase 1-A é dividida em três estágios sendo a última o início das operações pela Inframerica acompanhado pela Infraero já com todos os custos operacionais e receitas atribuídas a Inframerica. Este estágio teve início em 01 de dezembro de 2012.

Como deveres estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. Em cumprimento ao estabelecido no Contrato de Concessão, a Inframerica constituiu em 09 de novembro de 2012 três subsidiárias integrais: Inframerica Comercial S.A., Inframerica Estacionamentos S.A. e Inframerica Telecomunicações S.A.. Todas as receitas não tarifárias e não reguladas pela ANAC são exploradas através destas subsidiárias. As receitas tarifárias são exploradas na Inframerica Concessionária.

Ao final da concessão os bens vinculados à exploração do Aeroporto serão revertidos à União sem direito a qualquer indenização para a Concessionária.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de abril de 2013.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base da preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

O Grupo não realizou transações caracterizadas como outros resultados abrangentes no período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme Nota 1, a Companhia possui três subsidiárias integrais que são totalmente consolidadas a partir da data de sua criação. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e compreendem os saldos mantidos em fundo de investimento em renda fixa, categorizados como "Caixa e equivalentes de caixa".

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

O Grupo não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos especulativos e não realiza operações de hedge.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

As receitas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal e base negativa, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial, no Balanco Patrimonial Individual.

Em razão do capital das sociedades controladas não ter sido integralizado e o resultado de equivalência do período de 18 de maio de 2012 a 31 de dezembro de 2012 ter sido negativo, os saldos dos investimentos encontram-se registrados na conta "Outros passivos".

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são ajustadas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente são classificados no imobilizado os bens considerados não vinculados à concessão. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém no Contrato de Concessão que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

2.11 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil e a Inframerica não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto, tendo sido adotado a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Direito de concessão (outorga)

A concessão obtida pela Inframerica junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

(b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.13 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão.

A contribuição fixa esta registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

(a) Contribuição Fixa (outorga)

A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 4.501.132 dividido em 25 parcelas anuais iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA. O pagamento da primeira parcela deve ocorrer, em 31 de julho de 2013.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente (Nota 3(e)), sendo a amortização calculada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto. O critério que melhor representa esta curva é a demanda esperada de passageiros ao longo da concessão. O período amortizado em 2012 foi de apenas um mês, pois a operação começou em 01 de dezembro de 2012. A taxa utilizada foi de 0,14% que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

Segue quadro demonstrativo dos efeitos do reconhecimento da parcela fixa.

	Data	Ativo	Passivo	Resultado
Valor nominal da dívida Ajuste a valor presente Juros do período Correção monetária	24/07/2012 24/07/2012 01/12/2012 01/12/2012	4.501.132 (2.086.017) 108.799 43.489	(4.501.132) 2.086.017 (108.799) (43.489)	
Reconhecimento contábil inicial	01/12/2012	2.567.403	(2.567.403)	
Correção monetária Juros Amortização	31/12/2012 31/12/2012 31/12/2012	(3. 519)	(11.480) (20.384)	(11. 480) (20.384) (3.519)
Saldo ao final do exercício	31/12/2012	2.563.884	(2.599.267)	(35.383)

(b) Contribuição Variável

O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total da receita bruta do Grupo. O percentual aplicado é de 2% até um limite de receita anual estipulado pela ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. Após este limite o percentual aplicado é de 4,5%. O limite estabelecido em 2012 é de R\$ 226.234 e a receita bruta do período foi R\$ 19.799. Portanto, todo o cálculo da contribuição variável foi calculado no percentual de 2% e o valor da contribuição variável apurado no exercício foi de R\$ 395 (Controladora – R\$ 248). Neste cálculo não é considerado o reconhecimento da receita da construção. O pagamento desta contribuição deverá ocorrer na data de apresentação das demonstrações contábeis auditadas para a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. O limite estabelecido no contrato de concessão para esta apresentação é no dia 15 de maio do exercício subsequente.

2.14 Provisões

Não foi constituído provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

Também não foi constituída provisão para ações judiciais porque até o encerramento do exercício a Inframerica não possui processos com possibilidade de perda provável.

2.15 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receitas tarifárias

A Inframerica obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidas pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois fatores: X e Q.

O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas e o início da sua aplicação ocorre a partir do terceiro ano da concessão, contados à partir da data de eficácia do contrato, 24 de julho de 2012.

O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no PEA-Plano de Exploração Aeroportuária e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. O fator Q produzirá efeitos no reajuste tarifário a partir do final do primeiro ano de operação integral do aeroporto pela Concessionária. A partir desse marco temporal, os decréscimos decorrentes do não cumprimento dos padrões para o fator Q serão reduzidos a 30% (trinta por cento) no primeiro ano e 70% (setenta por cento) no segundo ano. A partir do terceiro ano os decréscimos serão integrais (cem por cento).

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e do fator Q e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal.

(b) Receitas não tarifárias

O Grupo, através das suas subsidiárias integrais, obtém receitas explorando outras atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre o Grupo e as empresas interessadas nos negócios. Quando da transição da gestão do aeroporto por parte da Infraero para a Inframerica, os contratos existentes com a primeira foram sub-rogados para a segunda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Regime Tributário de Transição - RTT

O Regime Tributário de Transição – RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09. Assim, considerando que nenhuma legislação disciplinando os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis foi editada, a Companhia adota os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento de receita de construção

Conforme OCPC 05, quando os serviços de construção representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, é realizado à medida que os serviços de construção são prestados. O OCPC05 determina também que quando a Companhia preste serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. A contabilização das receitas e custos da construção, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão, deve seguir o CPC 17 — Contrato de Construção. O Grupo usa o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção. No encerramento do exercício, o avanço físico da obra da Fase 1-B, contratada com o consórcio construtor, Helvix S.A., no valor de R\$ 863.289 foi de 6,65% conforme laudo emitido pela engenharia da obra. Adicionalmente, a margem da construção estabelecida pela administração é de 2% sobre o custo. A seguir o resultado de construção:

	Controladora_	Consolidado
Receita de construção Custo de construção	58.557 (57.409)	58.557 (57.409)
Margem de lucro	1.148	1.148

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Amortização do intangível

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão, de acordo com o padrão de benefício econômico por ele gerado, em função da curva de demanda.

(c) Valor justo do ativo financeiro

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Depreciação / Amortização do imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(e) Taxa de desconto

O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

(f) Apuração de tributos diferidos

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para tributos. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de tributos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(g) Provisões

Conforme Nota 2.14, a Companhia não é parte em processos judiciais. Dessa forma, não foi registrada provisão para ações judiciais para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso.

4 Gestão do risco financeiro

4.1 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
Caixa Banco do Brasil S.A. – Conta corrente Banco do Brasil S.A. – Aplicação financeira (a)	28 59.669	74 28 59.669
	59.697	59.771

⁽a) As aplicações financeiras são quotas de Fundo de Investimento de renda fixa, a uma taxa média de 98,8% do CDI, com liquidez imediata.

6 Contas a receber

O saldo do contas a receber apresenta a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
De atividades tarifárias		
Passageiros	9.141	9.141
Aeronaves	2.322	2.322
Cargas	291	291
Repasse Ataero/Fnac	3.268	3.268
	15.022	15.022
Atividades não tarifárias		
Estacionamento		960
Comercial		6.295
	15.022	22.277

Em 31 de dezembro de 2012, não havia inadimplência nas contas a receber consolidado. O Grupo não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	Controladora	Consolidado
Ativo:		
Despesas a recuperar – Inframerica Comercial S.A. (a)	17.948	
Despesas a recuperar – Inframerica Estacionamento S.A. (a)	3.167	
Adiantamento – Helvix S.A. (b)	27.807	27.807
	48.922	27.807
	1007=	_/,/
Passivo:	((-)	((-)
Implantação Projeto Aeroporto – Infravix (c) Implantação Projeto Aeroporto – Corporación America S.A. (c)	(7.165)	(7.165)
Engevix Engenharia S.A.	(13.347) (1.052)	(13.347) (1.052)
Salários a pagar – Infraero (d)	(3.233)	(3.233)
Summo a pagar Immoro (a)	(01-00)	(333)
	(24.797)	(24.797)
	Receita (d	
	Período de 18 d dezembro	
	Controladora	Consolidado
Recuperação de despesas – Inframerica Comercial S.A. (a)	17.948	
Recuperação de despesas – Inframerica Estacionamento S.A. (a)	3.167	
	21.115	
Despesas de salário – Infraero (d)	(3.233)	(3.233)
Despesas com Projeto Aeroporto – Infravix (c)	(7.165)	(7.165)
Despesas com Projeto Aeroporto – Corporación America S.A. (c)	(13.347)	(13.347)
Custo da construção – Helvix S.A. (e)	(57.409)	(57.409)
	(81.154)	(81.154)

- (a) Refere-se à recuperação de parte das despesas financeiras decorrentes do compromisso com o poder concedente, notadamente, o ajuste a valor presente e correção monetária incidentes sobre a outorga, mediante critério de rateio estabelecido pela administração.
- (b) Adiantamento feito para a HELVIX Consórcio Construtor das obras, conforme contrato de empreitada de obras de ampliação, adequação e reforma do Aeroporto Internacional de Brasília.
- (c) Despesas pré-operacionais incorridas pelos sócios a serem reembolsadas pela Companhia ou utilizadas como aumento de capital.
- (d) Referem-se aos encargos e salários dos funcionários cedidos pela Infraero os quais participaram e deram suporte ao processo de transição da administração do Aeroporto Internacional de Brasília entre Infraero e Inframerica.
- (e) Custo de construção mensurado pelo POC, conforme Nota 3.1(a).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado

Composição

	Controladora e Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação - % (*)
Imobilizado em serviço - Administração				
Instalações	138	(1)	137	10
Máquinas e equipamentos	88	(2)	86	31
Móveis e utensílios	315	(3)	312	10
Equipamentos de informática	616	(8)	608	16
<u>-</u>	1.157	(14)	1.143	

⁽i) Os equipamentos foram adquiridos no mês de dezembro de 2012 e, dessa forma, possuem um mês de depreciação.

9 Intangível

(a) Composição

				Controladora	a e Consolidado	
	Infraestr	utura				
	Em andamento	Em operação	Outorga de Concessão	Projetos	Software	Total
Aquisições Margem da receita de construção Amortização	7.409 1.148	238	2.567.403	612	36 (1)	2.575.698 1.148
Amortização			(3.519)		(1)	(3.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	8.557	238	2.563.884	612	35	2.573.326

10 Fornecedores

Formado em sua grande maioria por prestadores de serviços nacionais, com prazo máximo para pagamento de até 3 meses.

11 Compromissos com o poder concedente

A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente estão detalhados na Nota 2.13.

A obrigação reconhecida no passivo circulante refere-se à contribuição variável do exercício mais a primeira das vinte e cinco parcelas da contribuição fixa. Esta parcela é corrigida monetariamente com base no IPCA compreendido no período.

	Controladora	Consolidado
Contribuição variável – ANAC Contribuição fixa – Outorga	248 2.599.267	395 2.599.267
	2.599.515	2.599.662
Circulante	(196.320)	(196.467)
Não circulante (a)	2.403.195	2.403.195

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição da contribuição fixa por ano de vencimento

	Controladora	Consolidado
2 a 5 anos	53.759	53.759
6 a 10 anos	397.792	397.792
11 a 15 anos	519.899	519.899
16 a 20 anos	679.485	679.485
21 a 25 anos	752.260	752.260
Não circulante	2.403.195	2.403.195

12 Outros passivos

	Controladora	Consolidado
Repasse FNAC (a)	898	898
Repasse Ataero (b)	2.594	2.594
Repasse Pan/Pat (c)	37	37
Seguros a pagar	201	201
Outros	41	41
Passivo a descoberto Inframerica Comercial S.A.	3.133	
Passivo a descoberto Inframerica Estacionamento S.A.	716	
	7.620	3.771

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999. O repassado corresponderá sempre a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão.
- (b) O repasse Ataero é o adicional tarifário instituído pela lei no 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários
- (c) O repasse Pan/Pat foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de trafego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DCEA Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme o peso das bagagens e cargas.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 243.251.000 Ações Nominativas, sendo: 124.058.010 Ações detidas pela Inframerica Participações S.A. e 119.192.990 Ações detidas pela Infraero, totalizando um capital subscrito de R\$ 102.794.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição

	Capital social	Valor integralizado	Valor a integralizar	%
Infraero Inframerica Participações	119.193 124.058	50.384 52.410	68.809 71.648	49 51
	243.251	102.794	140.457	100

O capital social deve ser totalmente integralizado conforme determinado no contrato de concessão até 22 meses após a data de eficácia do contrato, quando foi emitida a ordem de serviço da Fase 1-B, em 24 de julho de 2012. O capital deverá ser então totalmente integralizado até 23 de maio de 2014.

14 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012	
	Controladora	Consolidado
Receita bruta - Tarifária Receita bruta – Não Tarifária	12.459	12.459 7.342
Receita bruta de construção COFINS	58.556 (946)	58.556
PIS	(206)	(1.505) (327)
ISS	(622)	(674)
Receita líquida	69.241	75.851

Impostos incidentes sobre os serviços consistem principalmente de ISS calculado às alíquotas em vigor no Distrito Federal (5%) e relacionadas ao PIS (1,65%) e COFINS (7,65%).

15 Custo dos serviços prestados

real and a second secon	Período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012	
	Controladora	Consolidado
Pessoal	3.262	4.048
Serviços de terceiros	2.601	5.133
Utilidades e telecomunicações	678	616
Amortização e depreciação	3.491	3.519
Outros	621	1.962
Custos de construção	57.409	57.409
	68.062	72.687

16 Despesas administrativas

Do montante de R\$ 5.255 (Consolidado – R\$ 8.054) no período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012 R\$ 3.384 (Consolidado – R\$ 3.844) refere-se a despesas de pessoal e R\$ 1.817 (Consolidado – R\$ 2.838) refere-se a serviços de terceiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Resultado financeiro

	Período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012	
	Controladora	Consolidado
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	852	852
Descontos obtidos	6	6
	858	858
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente – Direito de concessão	(11.480)	(11.480)
Variação monetária – Direito de concessão	(20.384)	(20.384)
Alocação de outorga para investidas	11.801	
Juros, encargos e taxas bancárias	(105)	(105)
	(20.168)	(31.969)
	(19.310)	(31.111)

18 Imposto de renda e contribuição social

O Grupo reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre base negativa e prejuízo fiscal auferidos em 31 de dezembro de 2012. Conforme cálculo abaixo descrito:

	Período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012	
	Controladora	Consolidado
Resultado Antes dos Impostos	(48.748)	(59.559)
(+) Adições	111.862	121.105
(-) Exclusões	(110.026)	(140.254)
Base de Cálculo do IRPJ/CSLL diferidos	(46.912)	(78.708)
IRPJ – Diferido	(11.728)	(19.678)
CSLL – Diferido	(4.222)	(7.083)
	(15.950)	(26.761)

19 Gestão de risco financeiro

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O Grupo opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Política de gestão de riscos financeiros

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(d) Risco de crédito

A política do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

(e) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

(f) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos.

(g) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

20 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

21 Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Reforma do aeroporto – Risco de engenharia	Risco de engenharia	491.585
RC Geral 01 – Reparação de danos materiais e morais a terceiros	Risco de danos materiais a terceiros	160.274
RC Geral – Reparação de danos materiais a terceiros	Risco de danos materiais a terceiros	42.395
Riscos nomeados e operacionais	Riscos nomeados e operacionais	500.560
Aeronáutico – Responsabilidade civil hangar	Responsabilidade civil hangar	797.657

No exercício de 2012, foram consideradas na despesa as Apólices de seguros de garantia na licitação da concessão e garantia da execução do contrato de concessão conforme quadro abaixo:

Bens segurados	Riscos cobertos	prêmio
Seguro garantia participação em licitação	Participação em licitação	80.479
Garantia de execução do contrato de concessão	Contrato de concessão	1.518.074

* * *

Antonio Luiz Droghetti Neto Diretor Executivo de Coordenação Wilman Sanchez Moitinho Contador CRC: SP-289876/O-1 "S" DF

Jorge Paulo Rodrigues Del Gaizo Diretor Administrativo Financeiro